



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-846-5 DOI 10.22533/at.ed.465191912 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3” ressalta a multiplicidade de enfoques e abordagens relacionadas à arquitetura e ao espaço urbano, disseminando visões e saberes acerca desses conhecimentos.

Em tempos em que a divulgação científica é vital para a continuidade das importantes pesquisas aqui desenvolvidas, a Atena Editora reafirma seu compromisso em ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MUSEU SENSORIAL DO CERRADO SENSORIAL MUSEUM OF CERRADO	
Fabiane Krolow	
Karina Marcondes Colet	
Paulina Aparecida Damin Soldatelli	
Paula Roberta Ramos Libos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919121	
CAPÍTULO 2	14
TEATRO VARIEDADES EM RIO CLARO - SP: RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA	
Ícaro Fassoli	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.4651919122	
CAPÍTULO 3	32
AS POTENCIALIDADES PARA ALÉM DO AÇO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS CIDADES DO INTERIOR DE GOIÁS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO NORTE/GO	
Richardson Thomas da Silva Moraes	
Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.4651919123	
CAPÍTULO 4	48
INFORMAR PARA PRESERVAR: A ARQUITETURA MODERNA NO BALNEÁRIO DE CABEÇUDAS	
Giselle Carvalho Leal	
Thayse Fagundes e Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4651919124	
CAPÍTULO 5	60
ACESSIBILIDADE EM PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE DO CENÁRIO DO CONJUNTO FRANCISCANO EM JOÃO PESSOA-PB, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	
Deborah Padula Kishimoto	
Raissa Silva Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.4651919125	
CAPÍTULO 6	72
OS TOMBAMENTOS VIA LEIS MUNICIPAIS, VALIDADE E IMPLICAÇÕES: O CASO DA MANCHA FERROVIÁRIA DE SANTA MARIA- RS	
Cristiane Leticia Oppermann Thies	
Daniel Maurício Viana De Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4651919126	

CAPÍTULO 7	83
O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO PAULO	
Amanda Regina Celli Lhobrigat Melissa Ramos da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4651919127	
CAPÍTULO 8	96
O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE	
Magno augusto coelho santos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919128	
CAPÍTULO 9	108
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA DECORATIVA: A POLICROMIA DO RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCOS DA PENITÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC	
Laís Soares Pereira Simon	
DOI 10.22533/at.ed.4651919129	
CAPÍTULO 10	122
ESTADO ARQUITECTÓNICO DE LA IGLESIA DEL CARMEN DE LA VILLA 25 DE MAYO, MENDOZA – ARGENTINA	
Guadalupe Cuitiño Alfredo Esteves Laura Najjar	
DOI 10.22533/at.ed.46519191210	
CAPÍTULO 11	134
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191211	
CAPÍTULO 12	147
A CIDADE DE BIRIGUI - SP E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO: O MERCADO MUNICIPAL E SUA PRAÇA ADJACENTE	
Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa Jayne Lopes Moura	
DOI 10.22533/at.ed.46519191212	
CAPÍTULO 13	159
A PAISAGEM CULTURAL DE AMARANTE, PI E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
DOI 10.22533/at.ed.46519191213	

CAPÍTULO 14	172
ANÁLISE DA PAISAGEM: O PATRIMÔNIO E A PAISAGEM CULTURAL EM VERANÓPOLIS/RS – BRASIL	
Paula Fogaça Alina Gonçalves Santiago Dirceu Piccinto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46519191214	
CAPÍTULO 15	190
HISTÓRIA, CULTURA E LAZER EM CONEXÃO: INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE DA CIDADANIA NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
Lara Jhélia de Sousa Sampaio Mariana Luiza Bezerra Sampaio Hanna Morganna de Deus Alves Augusto César Barros de Moura Neiva Myrlla Lorene de Macedo Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.46519191215	
CAPÍTULO 16	202
A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA (BA): USOS DO ESPAÇO PÚBLICO	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.46519191216	
CAPÍTULO 17	217
MINHOÇÃO: ENTRE O TRANSGREDIR E O MEDIAR OS BENS COLETIVOS PRODUZIDOS A PARTIR DE INICIATIVAS DE MORADORES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES	
Maria Isabel Camañes Guillén	
DOI 10.22533/at.ed.46519191217	
CAPÍTULO 18	231
DO PIONEIRISMO AO ESQUECIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE FERNÃO VELHO, MACEIÓ-AL	
Mônica Peixoto Vianna Carina Letícia Rodrigues Oliveira Falcão Hugo Fernando Calheiros	
DOI 10.22533/at.ed.46519191218	
CAPÍTULO 19	244
EFEITOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, MINAS GERAIS	
Teresa Cristina Guerra de Andrade Maria Luiza Almeida Cunha de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.46519191219	

CAPÍTULO 20	256
A EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ COMANDADA PELA CTNP E SEUS FUNCIONÁRIOS DO ALTO ESCALÃO	
Layane Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.46519191220	
CAPÍTULO 21	264
A OFERTA IMOBILIÁRIA DE SALVADOR PARA A ALTA RENDA: UTOPIAS, ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS	
Sarah Nascimento dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.46519191221	
CAPÍTULO 22	278
URBANISMO BIOCLIMÁTICO: AMBIÊNCIA URBANA E PATRIMÔNIO DA PRAÇA TOCHETTO EM PASSO FUNDO, RS	
Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo Mirian Carasek	
DOI 10.22533/at.ed.46519191222	
CAPÍTULO 23	290
MODIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES EM VILA VELHA-ES	
Bruna Gonçalves Merisio Cynthia Marconsini Loureiro Santos Liziane de Oliveira Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.46519191223	
CAPÍTULO 24	302
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: INFLUÊNCIA DO PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA	
Eufrosina de Azevêdo Cerqueira Diogenes Oliveira Senna Adriele Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191224	
CAPÍTULO 25	316
POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA: O CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Reginaldo Magalhães de Almeida Iara Cassimiro de Oliveira Luiza Abreu Campos Almir Teixeira Esquárcio Julia Malard Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191225	

CAPÍTULO 26	328
POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BA	
Bruno Miola da Silva Poliana Bomfim Coutrin	
DOI 10.22533/at.ed.46519191226	
CAPÍTULO 27	344
AVALIAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA MANUSEIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES DO RIO DE JANEIRO	
Alice Magalhães Garcia Souza Maria Cristina Moreira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.46519191227	
CAPÍTULO 28	357
MECANISMO INTELIGENTE DE GERAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA COM O AMBIENTE AUTOMATIZADO	
Wanessa Glanzel Hoffmann Josana Fernandes da Rosa Marcos Rocha Galvão Fagundes de Souza Cleverson Porto da Silva Fernanda Barreto Rafael Bastos Duarte José Wanderson Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191228	
CAPÍTULO 29	370
O RIO GRANDE DO SUL E AS FONTES SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DA MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Caryl Eduardo Jovanovich Lopes Clarissa de Oliveira Pereira Hugo Henzel Steinner	
DOI 10.22533/at.ed.46519191229	
CAPÍTULO 30	380
ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT	
Guilherme Antonio Rosa e Silva Nogueira Barbosa Camila Raia Santos Bastos Raquel Alves Fernandes da Silva Maria Fernanda Fávero Menna Barreto Ana Paula Maran	
DOI 10.22533/at.ed.46519191230	
CAPÍTULO 31	393
INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE AGREGADO RECICLADO EM CONCRETOS: UM ESTUDO SOBRE O CISALHAMENTO EM ELEMENTOS ESTRUTURAIS	
Max Silva Michelle Cordeiro	

CAPÍTULO 32	406
REAPROVEITAMENTO DA CONCHA DE MARISCO COMO AGREGADOS EM ARGAMASSAS E CONCRETOS NÃO ESTRUTURAIS	
João Manoel de Freitas Mota Ronaldo Faustino da Silva Yuri Barros Lima Moraes Ângelo Just Costa e Silva André Miranda Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46519191232	
CAPÍTULO 33	417
AZULEJARIA BRASILEIRA E DESIGN	
Flávia Marques de Azevedo Esperante	
DOI 10.22533/at.ed.46519191233	
CAPÍTULO 34	424
CHAPECÓ/SC E PASSO FUNDO/RS: ESTUDO COMPARATIVO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	
Ana Laura Vianna Villela Gabriela Borges da Silva Emanuelli Schneiders Aléxander Augusto Ortmeier Maryon Brotto Isadora Zanella Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.46519191234	
CAPÍTULO 35	441
PLANEJAMENTO URBANO EM SÃO PAULO, FASE PIONEIRA DOS ANOS 1950-60	
Adilson Costa Macedo Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.46519191235	
CAPÍTULO 36	447
POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: FUNDAMENTOS PARA A ARQUITETURA EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL	
Vera Santana Luz	
DOI 10.22533/at.ed.46519191236	
CAPÍTULO 37	472
COMO O URBANISMO TEM SIDO OPERADO EM PROCESSOS DE CONCESSÃO: A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA	
Carolina Heldt D'Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191237	
SOBRE A ORGANIZADORA	493
ÍNDICE REMISSIVO	494

A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA (BA): USOS DO ESPAÇO PÚBLICO

Alessandra Oliveira Teles

Universidade Estadual de Feira de Santana /
aoteles@uefs.br

1 | INTRODUÇÃO

O comércio informal, aqui destacado o comércio de rua, a cada dia ganha novos trabalhadores. O centro comercial que mantém a hegemonia perante os demais ainda é o que se localiza na área central da cidade. Sua organização e relevância é reflexo do poder que possui em atrair um elevado fluxo de pessoas, em especial da sua microrregião. Sua capacidade em promover a circulação de capital caracterizando o centro comercial como o local de maior valor para todo tipo de comércio informal inclui o comércio de rua.

O comércio é a atividade de maior relevância na organização espacial e socioeconômica de Feira de Santana. Responsável por sua implantação e consolidação, reflete, através de seus agentes, as permanências e mudanças que vem atravessando ao longo das décadas. As relações de troca consolidam tal atividade, associada à localização estratégica da cidade, promoveram o adensamento populacional de

modo que o comércio informal se implantasse e se mantivesse.

O objetivo deste artigo foi relacionar a apropriação do espaço público com a atuação do comércio informal. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa tiveram como pilar a análise dos dados documentais, estatísticos e cartográficos. A aplicação de formulários, realização de entrevistas, além da observação direta e registro fotográfico também compuseram este estudo.

2 | A ATIVIDADE COMERCIAL

Um conjunto de transformações promoveram mudanças aceleradas e notáveis na estrutura das atividades comerciais. Podemos citar, a expansão do espaço urbano como um todo, a popularização dos meios de transporte público, principalmente particular, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho remunerado, a elevação do consumo por classes menos favorecidas, a fabricação de produtos cada vez mais variados, o apelo dos meios de comunicação para a satisfação pessoal através do consumo.

Por todo o século XX, o processo de urbanização ganha expressiva intensidade.

Uma das consequências foi a visibilidade do comércio de rua no centro comercial da cidade de Feira de Santana. Além disso, comprova-se o real dinamismo desse comércio numa escala regional.

O cenário analisado permite identificar as transformações ocorridas no estado da Bahia e sua repercussão na região estudada. Para Silva; Silva (2006) por um longo período a economia baiana concentrou-se na região metropolitana de Salvador. A partir da década de 1980, essa estrutura passa por mudanças resultantes de ajustes diferenciados entre fatores endógenos e exógenos que repercutem no seu crescimento econômico. Resultado das transformações na produção econômica numa escala global e com repercussões regionais e locais.

Na sua área de influência consolida-se como parte dos circuitos espaciais produtivos. Dentre os setores de atividade econômicas destaca-se o comércio e serviços, seguido pela indústria de transformação e administração pública. Tabela 1.

Setor de atividade	2005	2008	2010
Administração Pública	7.995	5.973	6.995
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1.529	1.128	1.190
Comércio	22.951	29.009	33.220
Construção civil	3.401	5.834	11.302
Indústria de transformação	13.197	16.786	19.905
Serviços	18.065	23.792	30.260

Tabela 1 – Pessoal ocupado no mercado de trabalho por setor de atividade econômica em Feira de Santana – 2005-2010

Fonte: SEI, 2010 e 2013. Adaptado pela autora, 2016.

Das atividades presentes na cidade de Feira de Santana o comércio é o mais antigo. Passando por um processo de requalificação urbana na década de 1970 promovida pela Prefeitura Municipal, resultando na retirada dos comerciantes de rua para o espaço do Centro de Abastecimento. Podemos considerar como o primeiro ordenamento espacial intraurbano da cidade e nos sentidos atuais pode ser definido como um camelódromo.

A atividade comercial em Feira de Santana firma-se como a de maior relevância entre os municípios de sua microrregião e das microrregiões vizinhas. Em especial, o comércio de rua, nos ramos de confecções, calçados e eletroeletrônicos que se alarga ocupando as áreas centrais da cidade. Mesmo com sucessivos projetos de ordenamento e relocação dessa atividade.

O espaço urbano de Feira de Santana é marcado pela distribuição espacial das atividades econômicas. Constitui um conjunto de ações para uma frequente estruturação da cidade. Outro destaque está relacionado ao seu papel regional,

atraindo diariamente um fluxo de pessoas dos mais diversos municípios. Consequência da centralidade exercida, em relação, principalmente, ao comércio cada vez mais diversificado, além da presença de outros setores especializados como saúde e educação. (SANTOS, J. L., 2014).

O comércio de rua em Feira de Santana representa as relações sociais, comerciais e culturais da cidade. Sua influência regional pode ser observada através da circulação de pessoas, se interrogadas sobre sua origem as respostas são as mais variadas. Desde os bairros da cidade, passando pelos municípios vizinhos e, surpreendendo, quando somos informados da presença de consumidores de cidades como Paulo Afonso, Xique-Xique, Irecê ou mesmo Jequié que possuem cidades polarizadoras de seus mercados.

Dentro do processo de globalização o comércio de rua em Feira de Santana não perde sua força, ao contrário, os meios de comunicação e circulação fortaleceram essa atividade ao permitir que mais pessoas tenham conhecimento e acessibilidade as mercadorias ofertadas. Torna-se o lugar que reúne pessoas em busca de um mesmo objetivo que é o consumo. A relevância do comércio é evidente, mesmo com outras atividades compondo o quadro econômico da cidade, esse setor historicamente se mantém fortalecido e em constante crescimento

No momento atual, ambulantes e camelôs, através de suas atividades, representam novas formas e usos que se materializam no espaço urbano. Sua presença na composição desse cenário é concreta não sendo possível excluí-los da dinâmica presente no espaço. Além disso, o desenvolvimento das atividades, por parte desses, promovem a criação de estratégias comerciais singulares.

3 | DINAMISMO DA ATIVIDADE COMERCIAL

A complexidade do comércio informal no centro da cidade é resultado de suas características singulares. Considerando os elementos que participam de sua organização tem-se um cenário composto de pessoas, estruturas e dinâmicas que possibilitam esse labor. A área central é o lugar principal para a produção e reprodução das diversas relações sociais, espaciais e territoriais. Os modos de comércio associados as estratégias locacionais colaboram para a manutenção tanto dessa produção como para a reprodução do capital.

Com a consolidação da circulação e comunicação as possibilidades de contato se tornaram praticamente totais. Essas promoveram uma integração e quase instantaneidade entre os lugares. Essa realidade trouxe outra possibilidade de realização de troca com um mercado distante. Provocou uma quebra de isolamento produtivo bem como uma oferta extremamente variada. (SANTOS, 2006).

Essa produção pode ter sua comercialização realizada através de dois

segmentos distintos dentro da mesma economia. O mesmo autor, em outra obra, define como circuito superior e inferior da economia urbana. Segundo Santos, no circuito superior encontra-se as atividades ligadas diretamente ao capital intensivo enquanto no circuito inferior: “[...] é constituído essencialmente por formas de fabricação não-capital intensivo, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão”. (2008, p. 40).

O centro comercial popular é a representação do comércio informal que procura se firmar diante da atividade dos camelôs. Atuam nas principais ruas e avenidas da cidade, voltado principalmente para a população de menor poder aquisitivo. Verifica-se a intensa circulação de pessoas e o desenvolvimento de atividades comerciais constantes. Isso faz com que o centro continue com seu valor simbólico e não se descaracterize enquanto ponto de referência para a população local, e principalmente, para a de outros municípios.

A discussão realizada até aqui demonstra a presença de uma dinâmica que ao mesmo tempo se opõe e complementa. Atrai para o centro uma série de atividades comerciais formais e informais, que disputam um espaço historicamente construído e espacialmente consolidado. São exemplos, as avenidas Senhor dos Passos e Getúlio Vargas, bem como as ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa. A expansão do papel exercido pelo consumo, destacando o comércio informal demonstra a atuação de fortes centralidades de Feira de Santana, tanto na escala interurbana como intraurbana.

Durante a pesquisa de campo obteve-se a informação da existência de uma articulação entre o comércio de rua e as lojas presentes nos logradouros pesquisados. A informação cedida por camelôs que solicitaram o total anonimato refere-se a situação de muitos lojistas possuírem barracas nas calçadas. Muitos deles estabelecem um comércio de rua em frente às suas lojas montando barracas idênticas as dos camelôs para exibir e comercializar suas mercadorias como se fossem parte desse segmento.

Quando observadas as barracas não é possível diferenciar qual faz parte do comércio de rua e qual pertence aos lojistas. Alguns camelôs criticaram essa situação, pois os mesmos lojistas que brigam para que os camelôs saiam das ruas são os que colocam barracas para fazer concorrência. Já alguns lojistas que aceitaram falar do assunto, também sob a garantia do anonimato e de não identificar seu comércio, alegam que foi a forma que conseguiram para tentar obter algum lucro. Para estes, a concorrência com os camelôs fixados nas frentes de suas lojas é totalmente desleal, a começar pelo pagamento dos impostos e passando pela fiscalização que são constantes enquanto os camelôs estão totalmente livres.

A dinâmica espacial de ruas e avenidas apresenta um relevante modo de interação tanto espacial quanto regional. Sua economia a coloca numa posição de

nó numa rede logística, com distribuição de bens para um número considerável de municípios. Atingindo, inclusive, outros estados, como Sergipe, onde constatamos a presença de consumidores adquirindo produtos no atacado para revenda no comércio daquele Estado ou Espírito Santo, como divulgado em jornal de circulação estadual. (CAMPOS, 2010).

É necessário relembrar que a dinâmica adquirida pelas relações socioeconômicas são consequência da concentração de equipamentos, atividades ou serviços. Estes aparecem inseridos na lógica capitalista e presentes na cidade, reconhecida como espaço de produção, circulação e consumo. Tais características reafirmam o centro como espaço mais importante para a atuação dos camelôs. Durante a pesquisa de campo, um dos itens perguntados referia-se ao motivo de escolher aquele local para trabalhar. A maioria respondeu com argumentos muito similares ao depoimento a seguir.

Aqui, toda hora tem gente passando, antes da senhora chegar vendi uma mercadoria para um cliente que veio ao médico, aqui no centro médico. Como o médico ia demorar, resolveu dar uma volta, viu a panela, lembrou que tava precisando e o preço tava bom, comprou.... (Entrevistado, 2015).

A iniciativa privada também tem participação fundamental na manutenção da dinâmica do centro comercial da cidade de Feira de Santana. Ao se instalar nesse espaço e disputar a clientela, representa um pilar na economia local. Influencia de forma direta no mercado de trabalho através dos postos de trabalho diretos que são criados. Também demonstra sua relevância na composição do setor terciário, tanto em ocupação quanto em circulação de capital.

No centro comercial de Feira de Santana concentram-se as principais atividades econômicas da cidade, em especial, o comércio e serviços. Como atrai um número significativo de pessoas, moradores locais e de outros municípios, essa realidade favorece o estabelecimento de uma atividade paralela nas calçadas, o comércio de rua.

A PMFS vai incorporar o discurso capitalista e promover na sua área central a discussão proposta por Corrêa (1993). Teremos na prática, os elementos discutidos por este autor em relação a produção do espaço urbano. Os proprietários dos meios de produção através dos grandes proprietários industriais e empresas comerciais vão fazer da terra urbana o suporte físico necessário às suas necessidades. Enquanto os proprietários fundiários vão em busca de obter uma maior renda da terra através do valor de troca.

Para isso, uma série de promotores imobiliários vai aparecer no intuito de realizar incorporação, financiamento, estudo técnico, construção e comercialização. Nesta perspectiva, se utilizam do Estado – de forma complexa e variável – atuando

em dado momento, colaborando para que cada agente tenha seus interesses contemplados. O que temos visto através de pesquisas realizadas é que a alternativa que se apresenta são as organizações de camelódromos ou shoppings populares.

A figura do camelô representado, sobretudo, pelas atividades de comércio e serviços informais tem se expandido em grande proporção, especialmente pela situação de desemprego que afeta principalmente aqueles com menor qualificação. Com isso, a repercussão na dinâmica das áreas centrais das cidades é impactante. A circulação de pessoas e veículos nessa área privilegia o estabelecimento do comércio informal, uma vez que são os ambientes preferenciais na passagem de consumidores em potencial. (GARCEZ, 2009).

4 | A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR INFORMAL

A discussão sobre economia informal apresenta relevância tanto nos meios de comunicação quanto no universo acadêmico nessa passagem do século XX para o século XXI. Para Cacciamali (2000), esse termo apresenta significados bem diferentes, como exemplifica: “[...] evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes, trabalho temporário, trabalho em domicílio, etc.” (CACCIAMALI, 2000, p. 153).

Quanto a materialização do capitalismo, considerando suas características relativas aos países subdesenvolvidos – e em particular o Brasil – indica ser imprescindível tratar o processo de inclusão na economia numa escala global. Também faz-se necessário compreender as particularidades do capital ao criar e recriar relações distintas ao seu sistema.

O fluxo e a dinâmica relacionados a estrutura local são voltadas para as atividades comerciais que repercutem na organização do espaço. Mesmo com suas particularidades, resultantes de fatores espaciais e temporais, carregam uma herança cultural, frequentemente observada em centros urbanos de pequeno e médio porte. A atividade dos camelôs e ambulantes foi delineada na cidade de forma análoga aos estabelecimentos comerciais, principalmente no centro da cidade onde disputam cada cliente como se este fosse o último.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) 51,1% da força de trabalho brasileira está concentrada na informalidade. Parte desses atuam no comércio de rua como ambulantes e camelôs, ocupando ruas, avenidas e praças, e excluídos dos direitos e também dos deveres trabalhistas. Considerando que não possuem carteira assinada, não tem direito a seguro-desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria ou outro benefício oferecido pelo INSS. Também não recolhem para os cofres nenhum tipo

de tributo, o que vem chamando a atenção do governo que passa a criar meios de formalizar e ordenar o trabalho desse segmento. Com isso, ambulantes e camelôs passam a fazer parte da pauta institucional, da iniciativa privada, da mídia e da academia.

No caso dos ambulantes e camelôs de Feira de Santana, independente de trabalharem com produtos originais ou falsificados, sua presença nas principais ruas e avenidas do centro comercial promovem um grande impacto financeiro entre os lojistas. A comercialização de seus produtos estarem isentos de uma série de impostos. Circunstância que prejudica os lojistas que veem seus lucros diminuídos por essa atividade paralela e concorrente.

Periodicamente pressionam a prefeitura, a polícia militar, em especial o corpo de bombeiros, e a mídia contra esse ramo de atividade, relacionando a um problema social, de mal ordenamento do espaço público e um cenário negativo da economia brasileira. De fato, fogem às regras formais estabelecidas pelo poder público em seus níveis hierárquicos. Mas, a primeira premissa a ser considerada é o fato de que estão atuando nesse mercado em busca de sua sobrevivência. (CACCIAMALI, 2000).

A concentração de ambulantes e camelôs em determinadas ruas e avenidas do centro comercial ocorrem seguindo uma lógica. Se estamos tratando de comércio de rua, e seu principal consumidor/cliente é o pedestre, logo, estes trabalhadores precisam estar onde seu público-alvo aparece em maior concentração. As ruas Marechal Deodoro, Sales Barbosa e Benjamin Constant, bem como a avenida Senhor dos Passos e Praça do Nordeste terão o maior agrupamento. Além disso, vivemos um período de exacerbação do consumo e quem não pode pagar por um produto original procura satisfazer seu desejo com produtos alternativos encontrados nesse tipo de comércio.

O crescimento no número de ambulantes e camelôs nas ruas do centro comercial resulta, entre outros elementos, da expansão do desejo de consumo da população que busca produtos diversos, em especial os tecnológicos ou com sinais de sofisticação (roupas supostamente de marcas famosas, perfumes, bebidas, etc.). Esse cenário colabora para mudanças na organização do espaço urbano, em especial o intraurbano, além de contribuir para que Feira de Santana se mantenha como cidade que polariza um mercado regional.

Essa caracterização repercute no fortalecimento e ampliação do comércio de rua, cada vez mais diversificado e com uma expansão nos itens para o consumo. Mercadorias que estão à venda nas lojas formais muitas vezes são encontradas no comércio informal com qualidade bem próxima e preço mais acessível acirrando a disputa e os conflitos entre o comércio de rua e os lojistas formais. A consolidação do setor comercial mediante a contribuição do setor informal apresenta a relevância

do comércio de rua. A manutenção e o fortalecimento das funções urbanas de muitas cidades reflete sua organização social materializada no espaço produtivo.

Os agentes envolvidos na atividade comercial buscam pela localização mais centralizada com o objetivo de tirar o máximo possível de proveito da circulação de pessoas que caracterizam a clientela em potencial. Analisando a presença de ambulantes e camelôs no centro comercial percebe-se a complexidade na sua organização.

A circulação de pessoas no centro da cidade para realizar compras é fato. A atividade comercial atrai consumidores em potencial já que o centro é considerado o espaço principal para a materialização dessa atividade. Segundo os consumidores entrevistados, a variedade de produtos ofertados, presença tanto de lojas formais quanto ambulantes e camelôs facilitam a escolha dos produtos, preços inferiores aos seus locais de origem, facilidade na locomoção até Feira de Santana, concentração do comércio numa mesma área são fatores considerados positivos quando se pensa em comprar.

As críticas se dirigiam ao fato de haver pouco policiamento visível, dificuldade na locomoção pelos espaços buscados para o consumo; falta de limpeza, melhor organização do espaço, “algumas barracas dão aparência de favela, o espaço dos camelôs poderia ser mais estruturado, barracas padronizadas, todo mundo alinhado, com algum tipo de identificação” (Consumidor XX). Esse depoimento revela a reação por parte de quem consome os produtos desse espaço, ao mesmo tempo que são atraídos pelas vantagens do comércio sentem repulsa pela desorganização e falta de estrutura.

Para Silveira (2007) o circuito inferior de economia passa por um intenso período de expansão devido a oportunidade de ocupação e renda encontrada por aqueles indivíduos que são cada vez menos necessários nas atividades do circuito superior. Então deparamo-nos com uma grande contradição, ao tempo que o país apresenta um dinâmico circuito superior com conexões globais e moderno espaço produtivo, o circuito inferior destaca-se pela adaptação e expansão em diferentes setores com destaque para o comercial.

Feira de Santana apresenta uma realidade que em parte ratifica a discussão dos autores aqui apresentados mas, em outros pontos, desconsidera a proposta. Segundo Santos e Silveira (2001) os agentes envolvidos no circuito inferior promovem um circuito central ao se instalar nos espaços de maior circulação de pessoas, sejam eles desvalorizados ou degradados, uma vez que nesses locais vão conseguir obter a renda referente a seu labor. No caso da cidade em estudo, esses espaços ocupados são disputados e valorizados gerando diversos conflitos por sua ocupação irregular por parte dos informais que não contribuem tributariamente auferindo lucros totalmente livres dos custos que são dispensados aos formais.

Dentro da organização de ambulantes e camelôs haverá uma lógica seguindo um modelo de zoneamento, as ruas ocupadas por eles apresentarão disposição para determinadas atividades, as mais modernas como venda de eletroeletrônicos que apresentam maior rendimento e as mais tradicionais como alimentos.

O setor informal apresenta uma dinâmica que se ajusta as estruturas necessárias a sua reprodução e expansão. As transformações no modo de produção e nas relações de trabalho terão um impacto direto na operacionalização dessa atividade. Além disso, articula-se e associa as funções do centro como espaço principal na popularização do consumo e consolidando o setor comercial como mais relevante na economia da cidade.

5 | A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

No espaço das ruas, observa-se o estabelecimento de relações sociais ampliadas, conseguindo reunir na convivência social da cidade um resumo das relações públicas onde o comércio de rua promove essa realidade. Segundo Queiroz (2013, p. 25) “O comércio de rua [...] é entendido como comércio ambulante e de atividade informal, que vem sendo desenvolvido desde a antiguidade e se firmando cada vez mais na contemporaneidade.”

A apropriação do espaço público no Brasil é um fenômeno paralelo a sua origem e formação. Kitamura; Ribeiro (2009), Durães (2013) e Dantas (2014) detalham em seus estudos a forma como os trabalhadores ocupam esses espaços no intuito de adquirir meios para sua sobrevivência. Segundo Durães (2013, p. 124) “A rua, enquanto lócus secular de produção e reprodução social, foi relegada a uma gama de excluídos da sociedade regular, os quais encontraram apenas nessas atividades sua possibilidade de sobrevivência”.

O comércio informal é visto e citado pela maioria dos representantes do poder público como problema, especialmente quando se refere a ocupação das vias de circulação dos pedestres. Mas, não se considera a renda gerada por esta atividade além da absorção de uma grande massa desempregada que encontra uma alternativa de trabalho e sobrevivência com dignidade nessa ocupação.

É possível observar o uso da rua sob diferentes modos e agentes em Feira de Santana. No caso de ambulantes e camelôs, criam seus usos, delimitados concretamente pelas barracas, carrinhos, bicicletas ou outros meios que utilizam para ganhar seus recursos. Ao mesmo tempo, o agente público representado pela PMFS, procura atuar no ordenamento do uso das calçadas – viabilizando para os pedestres – e se apresentando como ameaça para os comerciantes.

Quando analisada a legislação referente ao uso e ocupação do espaço urbano, percebemos uma grande fragilidade quando refere-se a utilização das calçadas.

Pesquisando a Lei nos três níveis governamentais encontramos o detalhamento a seguir. No âmbito federal, a Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, visa regulamentar os artigos 182 e 183, da Constituição Federal. Estabelecendo, principalmente, as diretrizes gerais da política urbana. No capítulo 1, Das Diretrizes Gerais, o artigo primeiro, parágrafo único determina

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada de Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam **o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo**, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (Grifo nosso).

Ao longo dos seus cinco capítulos a Lei dispõe sobre os instrumentos da política urbana, o plano diretor e a gestão democrática da cidade. O que notamos são as obrigações transferidas ao poder municipal para planejar e gerir seus espaços, porém, em nenhum momento é citado como ordenar o uso coletivo das calçadas e se será possível sua utilização para fins comerciais. Em relação ao Estado a Constituição Estadual (1989) também repassa para os municípios a obrigação de ordenamento de seus espaços urbanos.

Quanto à esfera municipal, A Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Santana, em 2007, criou uma Comissão que elaborou a Lei Nº 2.800/2007 que Institui o Estatuto do Pedestre. Destaca-se, no Capítulo 1, Das Disposições Preliminares, no Artigo 1º, que “Esta Lei estabelece os direitos e deveres dos pedestres na cidade”. No parágrafo único, define o que é um pedestre com as seguintes características “Para fins desta lei o pedestre é todo aquele que utiliza as vias, passeios, calçadas e praças públicas a pé, de carrinho de bebê ou em cadeira de rodas, ficando o ciclista desmontado e empurrando a bicicleta equiparado ao pedestre em direitos e deveres”.

Entre os capítulos II e VII, a Lei trata dos direitos e deveres dos pedestre, dos portadores de deficiência, das obrigações das concessionárias de serviços públicos, da construção e reconstrução das calçadas, bem como versa sobre as disposições gerais. Nesse último capítulo destacamos o artigo 15, pois no entendimento, é a parte onde está mais evidente a obrigatoriedade do poder público representado pela PMFS, ordenar e atuar no espaço das calçadas

A Prefeitura realizará censo e regulamentará no prazo de 180 dias da publicação desta Lei, a circulação de bicicleta, ciclomotor, veículo de tração e propulsão humana, de tração animal, triciclo, quadriciclo, motoneta, de entrega, **venda de produtos e serviços**, entre outros, registrando-os e licenciando-os com o número do proprietário, endereço e dados do proprietário, como identidade e CIC. (Grifo nosso).

Tomamos conhecimento do Estatuto do Pedestre durante audiência pública realizada pela PMFS, onde o Secretário da SETTEDEC justificou diversas vezes a

transferência dos ambulantes e camelôs para o Shopping Popular, principalmente porque “a rua é para o pedestre” (Fala do Senhor Antônio Carlos Borges Jr, Secretário Municipal da SETTEDEC).

Percebemos, através deste estudo, diversas falhas do poder municipal quanto a aplicação da legislação. Em relação ao Estatuto da Cidade não executou o que trata o Capítulo I, pois em sucessivas gestões, os prefeitos não têm procurado regular “o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo”, uma vez que não promoveu um ordenamento do uso do espaço das calçadas ou facilitou o acesso de pedestres pelas mesmas. A cidade de Feira de Santana, com seus mais de 500 mil habitantes e integradora de uma região metropolitana necessita de um plano diretor revisado a cada 10 anos, conforme a Lei. As informações adquiridas revelam que essa carência continuará, pois as gestões passadas e a atual aparentam não dar a devida importância a esta necessidade.

Durante a pesquisa de campo as informações adquiridas revelaram que dentre os comerciantes que estão nos logradouros estudados 40% não conseguiu outra ocupação; 18% estão ali por ser o lugar de maior circulação de pedestres; 14% respondeu que um familiar já tinha o ponto e como estava sem emprego foi trabalhar ali; 12% para conseguir o sustento da família; as demais respostas variam entre 1% oferecer um serviço diferenciado a 4% ter recebido o ponto como herança; 6% não respondeu a pergunta. Mas o destaque são 2% que informaram ter comprado o ponto (Gráfico 1).

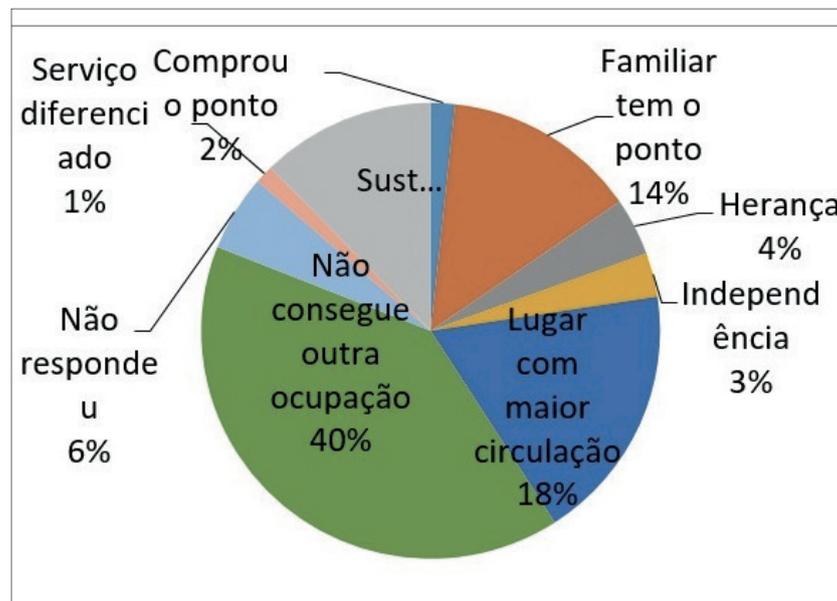


Gráfico 1 Motivos para trabalhar como ambulante ou camelô

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os quatro itens com maior frequência apontam para a discussão que vem sendo realizada ao longo dos capítulos. O fenômeno do desemprego, a reestruturação

produtiva, bem como, a necessidade de sobrevivência e de sustento familiar confirmam que o comércio informal é a saída encontrada pelo trabalhador no momento de sua necessidade e não consegue ocupação no mercado formal. Um familiar já ter o ponto é outro facilitador para a entrada e manutenção nesse segmento, pois as relações comerciais, em especial, a compra de mercadorias, torna-se menos difícil para quem precisa trabalhar. Conseguir o sustento da família, apesar de ter sido uma resposta separada, observamos como uma complementação de não conseguir outra ocupação, pois no nosso entendimento, no momento da necessidade qualquer atividade disponível será realizada por aquele que necessita prover o sustento dos demais familiares. Com uma participação pequena quando comparada as outras respostas, comprou o ponto merece destaque. A rua é ocupada de forma gratuita, o único agente que poderia comercializar esse espaço é a PMFS – que não o faz – nem mesmo cobra pela ocupação das calçadas, porém existem pessoas que comercializam os pontos.

O espaço da rua que deveria ser público, logo um bem coletivo, como trata o Estatuto da Cidade, passa a ter valor comercial, uma vez que ambulantes e camelôs passam a se apropriar de forma individual e até mesmo comercializando pontos, vendendo ou alugando, e obtendo renda através dessa prática. Segundo Queiroz (2013) essa realidade se estabelece também pela posição da sociedade, cada vez mais interessada no consumo, independentemente do local onde possa ser concretizado, a compra dos produtos que vão satisfazer os desejos pode ser realizado tanto no comércio formal representado por lojas como nas ruas.

Ter independência em relação a um patrão não foi um dos itens mais representativos nas ruas da cidade. Contrariando a discussão de Yázigli, ao argumentar sobre o desejo de liberdade, como razão de entrada no mercado informal. Estão ali por ser este o setor que inclui os desempregados do mercado formal.

Entre os pesquisados que citaram ter liberdade foi uma opção, pois confiaram em dois fatores: a) conseguir uma independência financeira via comércio informal e; b) o desejo de poder trabalhar com horário livre. O comércio informal visto como estratégia de sobrevivência para fugir do desemprego, em muitos casos analisados, transforma-se na ocupação principal e, muitas vezes, única fonte de renda para a família do ambulante e camelô.

Seguindo modelos já implementados por outras cidades, as propostas de urbanização para o espaço público vão ter como objetivo executar ações que proporcionem controle, ordem e disciplina para o comércio informal. Ao longo da história da cidade a ação de maior impacto e repercussão em relação aos trabalhadores do comércio informal foi a transferência para o Centro de Abastecimento e agora a proposta do Shopping Popular.

Entre 1977 com a relocação dos feirantes para o Centro de Abastecimento e o

Pacto de Feira só ocorreram ações pontuais para o ordenamento dos comerciantes informais. Hoje, a PMFS se vale de dois argumentos para a transferência dos comerciantes para o Shopping Popular: a) o diagnóstico do Corpo de Bombeiros para o perigo das barracas no calçadão da Rua Sales Barbosa, pois como estão dispostas impedem a atuação rápida dessa corporação em caso de incêndio e, b) o estatuto do pedestre que garante a estes a livre circulação por ruas e avenidas, além de pontos de ônibus livres de quaisquer obstruções. Porém, é no centro onde se concentram os consumidores em potencial do comércio ambulante.

O grande impasse e resistência por parte dos comerciantes informais se depara com dois pontos-chave: a) a cobrança pelo uso do espaço, algo que não ocorre onde estão atualmente; b) a falta de clientela, pois o local e formato propostos não se enquadra no perfil de consumidores que compram nas ruas. A pressão exercida pelos comerciantes formais, em especial da Rua Sales Barbosa e os interesses que não conseguimos identificar o agente, para a construção do Shopping Popular são os elementos fundamentais na proposta desse empreendimento.

É notável nas cidades o número de trabalhadores que atuam no comércio de rua, ocupando as calçadas das vias de maior circulação de pedestres. Em Feira de Santana, percebe-se esse fenômeno como resultado de um processo social histórico, pois ao longo do processo de produção espacial da cidade a presença do mercado informal foi marcante e determinante, devendo considerá-lo apenas como uma característica econômica. As mudanças na economia urbana são consequência da ampliação do espaço conquistado por ambulantes e camelôs. Por sua vez, os elementos socioeconômicos contribuem para as mudanças na dinâmica do comércio de rua. A apropriação do espaço público, por se localizar em trechos privilegiados da área central e contarem com a circulação de pedestres são os mais procurados e utilizados para o estabelecimento dessa atividade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio informal em Feira de Santana, particularmente o que ocorre nas ruas da cidade, passou por significativas transformações no intervalo que marca a origem do município e da cidade com a feira livre e a feira de gado bovino até a atual organização, na qual os produtos industrializados predominam. Esta situação é um indicativo de que houveram inclusões, nesta atividade, de processos de acumulação de capital. O grande destaque volta-se a comercialização de mercadorias, produzidos em grande escala, por empresas de médio e grande porte, que podem ser encontradas nas mãos e barracas de ambulantes e camelôs.

O uso do espaço público para fins particulares é outro ponto que não pode ser desconsiderado. O número de conflitos gerados, envolvendo diferentes

agentes, é elevado e complexo. O poder público, por ser o responsável pela gestão e manutenção desse espaço procura normatizá-lo com a intenção de impor um ordenamento territorial e atender os interesses divergentes daqueles que o utilizam sejam cidadãos, comerciantes formais ou informais.

Notou-se que essa atividade ainda cabe na teoria dos dois circuitos da economia urbana elaborado por Milton Santos (2008) na década de 1970. Mudanças como tecnologia, circulação e comunicação foram absorvidas até certo ponto por este segmento, mas outras características como uso de máquina de débito/crédito, utilização de capital bancário, capital de giro ampliado, utilização de tecnologias para aquisição ou venda de mercadorias, estoques reduzidos continuam a fazer parte da rotina desses comerciantes.

Ao concluir esta pesquisa, percebeu-se que o comércio informal em Feira de Santana apresenta uma grande heterogeneidade, complexidade e relevância para a sociedade e a economia. Uma vez que muitos cidadãos retiram seu sustento, de forma honesta, dessa atividade e muitas indústrias consideradas regulamentadas conseguem ver seu capital se elevar destinando parte de suas mercadorias para este segmento comercial. Desse modo, as permanências e mudanças nessa atividade permitem diversos estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **LEI Nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. 3. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Disponível em <http://www.bd.camara.gov.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e Processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**. n. 14, p. 153-174, jun 2000.

CAMPOS, F. **Feiraguai**. Jornal Correio. 18 de Outubro de 2010.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 2 ed.; São Paulo: Ática, 1993.

DANTAS, E. W. C. **A Cidade e o Comércio Ambulante: Estado e Disciplinamento da Ocupação do Espaço Público em Fortaleza (1975-1995)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

_____. Apropriação do Espaço Público pelo Comércio Ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em Evidência (1975 a 1995). **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona, vol. IX, n. 202, 1 de diciembre de 2005. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-202.htm> . Acesso em 17 de julho de 2015.

DURÃES, B. J. R. **Camelôs Globais ou de Tecnologia: novos proletários da acumulação**. Salvador: EDUFBA, 2013.

FEIRA DE SANTANA. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. **Lei Nº 2.800/2007**. Institui o Estatuto do Pedestre e dá outras Providências. Disponível em <http://www.leismunicipais.com.br> Acesso em 20 de setembro de 2015.

GARCEZ, K. M. G. **Cidade monocêntrica ou cidade policêntrica ?** Discussões sobre o centro

urbano de uma cidade com quase quatro séculos. 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideu, 2009. Disponível em www.egal2009.com Acesso em 25 de junho de 2012.

KITAMURA, C. K.; RIBEIRO Fº, V. **Comércio e Serviços Informais na Área Central de Uberlândia-MG**: Uma Reflexão sobre a Dinâmica dos Camelôs. 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideu, 2009. Disponível em www.egal2009.com Acesso em 25 de junho de 2012.

QUEIROZ, A. M. V. de L. **Da Rua para o Shopping Feiraguay**: Desenho Urbano e Memória Visual do Comércio Popular em Feira de Santana, BA (1970-2012). Universidade Estadual de Feira de Santana. Departamento de Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade. Feira de Santana, 2013. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, J. L. In: Regiões Metropolitanas sem Metrópoles? Uma Análise das Novas Propostas na Bahia. DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. (Org.) **Cidades Médias e Pequenas**: Desafios e Possibilidades de Planejamento e Gestão. Salvador: SEI, 2014. (Série Estudos e Pesquisas, 95).

SANTOS. M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS. M. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia. São Paulo: EDUSP, 2008. 1 reimpressão.

_____. **Por Uma Outra Globalização**: Do pensamento único à consciência universal. 13 ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, S. C. B. M.; SILVA, B.-C. N. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. 2 ed. Salvador: UFBA, Mestrado em Geografia, 2006.

SILVEIRA, M. L. **Confines de la racionalidad**: el espacio geográfico contemporáneo. Texto apresentado no XI Encontro de Geógrafos da América Latina, Bogotá D.C, 2007.

TELES, A. O. **O Comércio Informal em Feira de Santana (BA)**: Permanências e Mudanças. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristovão. 2017. Tese de Doutorado.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 93, 194, 197, 204, 314, 388, 453
Apropriações 217, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 424
Argamassa 103, 393, 395, 396, 407, 409, 410, 411, 412, 415, 465
Arqueologia Pós Desastre 96, 99
Arquitetura moderna 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 368, 417, 420, 422, 457
Arquitetura sensorial 1
Automação 357, 363, 364, 368, 369
Avaliação pós-ocupação 290, 292, 293, 301

B

Bacia de evapotranspiração 357, 365

C

Capoeira 37, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146
Concreto 20, 56, 57, 102, 104, 166, 224, 365, 366, 380, 381, 382, 384, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 400, 402, 404, 405, 406, 407, 410, 413, 415, 416, 457, 459, 461, 465, 466
Construção sustentável 357, 359
Cultura 2, 4, 5, 6, 8, 11, 13, 15, 16, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 88, 95, 99, 106, 123, 132, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 152, 162, 163, 164, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 216, 219, 223, 229, 230, 241, 242, 254, 286, 381, 422, 437, 448, 452, 457, 460, 468

D

Desastre ambiental 244
Documentação 12, 32, 42, 54, 58, 72, 80, 83, 90, 93, 94, 106, 117, 118, 325, 356, 383, 462

E

Educação patrimonial 92, 93, 151, 159, 192, 199, 200
Engenharia pública 302, 303, 304, 311, 314
Espaço de preservação 1
Espaço público 147, 155, 156, 157, 195, 197, 198, 202, 208, 210, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 227, 229, 230, 276, 283, 287, 288, 289
Expansão urbana 256, 257, 259, 260, 261, 263, 276, 302, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 312, 314

F

Fontes renováveis 370, 371, 373

H

Habitação 64, 194, 233, 264, 270, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 314, 316, 319, 321, 327, 344, 440, 442, 448, 451, 457, 466, 468

Habitação de interesse social 270, 301, 319, 327

Habitação evolutiva 290

I

Impacto socioambiental 244

Inventário 59, 63, 79, 80, 83, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 147, 178, 179, 180, 181, 182, 323, 445

M

Manutenção 42, 51, 149, 151, 154, 183, 204, 206, 209, 213, 215, 236, 239, 247, 280, 285, 298, 329, 341, 347, 349, 350, 351, 352, 380, 381, 382, 386, 388, 390, 391, 429, 452, 455, 459, 484, 490

Matriz energética 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 378, 379

Meio ambiente 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 47, 159, 161, 165, 170, 196, 244, 245, 248, 254, 255, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 356, 366, 370, 372, 375, 394, 395, 404, 407, 447, 448, 462, 467, 468

Memória 14, 15, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 46, 47, 54, 58, 70, 72, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 106, 109, 141, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 165, 172, 174, 178, 183, 216, 229, 238, 241, 243, 246, 282, 288, 423

Memória coletiva 34, 38, 42, 46, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 158, 165, 174, 183

Mineração 35, 46, 96, 97, 105, 107, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Museu 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 30, 43, 65, 81, 82, 106, 154, 169, 170, 185, 186, 192, 193, 196, 197, 200, 409, 480, 490

P

Paisagem 2, 32, 34, 35, 38, 40, 46, 47, 81, 87, 98, 107, 120, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 190, 196, 197, 198, 199, 201, 220, 222, 244, 245, 246, 247, 250, 252, 255, 279, 280, 284, 285, 288, 289, 424, 437, 453

Parque 1, 5, 8, 9, 10, 11, 17, 43, 44, 45, 122, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 221, 224, 251, 254, 308, 311, 372, 436, 480, 484, 490

Patologias 101, 313, 380

Patrimônio 4, 5, 14, 32, 35, 42, 45, 48, 50, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 120, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 184, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 231, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 260, 278, 279, 280, 282, 285, 288, 289, 310, 370, 381, 422, 446, 449, 453, 491

Patrimônio cultural 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 105, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 187, 190, 200, 244, 245, 253, 255, 370, 491

Patrimônio histórico 5, 14, 54, 63, 64, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 89, 95, 107, 114, 136, 141, 148, 152, 163, 180, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 255, 278, 280

Patrimônio industrial 32, 35, 42, 45, 231

Pintura 10, 19, 85, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 138, 154, 228, 237

Planejamento urbano 120, 275, 278, 289, 321, 439, 440, 441, 443, 444, 470, 472, 487, 488, 491
Policromia 108, 109, 110, 111, 120
Pontes 380, 381, 382, 391, 392
Preservação 1, 2, 3, 8, 12, 32, 42, 46, 48, 50, 51, 59, 63, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 99, 106, 109, 110, 120, 136, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 157, 158, 163, 164, 165, 168, 172, 174, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 249, 280, 286, 289, 310, 319, 332, 427, 453, 463, 477, 491

R

Reconstituição 14, 24, 391
Regularização fundiária 302, 304, 308, 309, 310, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 324, 326, 327
Resíduos 299, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 393, 394, 395, 396, 404, 405, 406, 407, 408, 414, 415, 452, 453, 465, 467
Resíduos sólidos urbanos 331, 333, 334, 335, 338, 339, 341, 344, 394

S

Serviço social 134, 135, 136, 144
Sustentabilidade 6, 89, 170, 194, 200, 246, 255, 284, 291, 344, 346, 354, 358, 361, 366, 367, 369, 446, 447, 448, 452, 459, 468

T

Teatros 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 81, 225
Território 41, 74, 82, 159, 162, 163, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 187, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 227, 248, 254, 318, 329, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 433, 434, 436, 438, 448, 453, 463, 466, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 479, 480, 482, 484, 490

V

Valorização 4, 42, 48, 49, 87, 93, 95, 113, 145, 148, 156, 164, 175, 187, 190, 191, 195, 197, 199, 283, 308, 458

